

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

CHAMAMENTO PÚBLICO: 06/2024

INEXIGIBILIDADE: 09/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 25/2024

Objeto: Credenciamento de Leiloeiros Oficiais interessados em atuar nas licitações na modalidade Leilão promovidas pelo Município de Curiúva/PR.

Emissão: / /2024

Abertura: / /2024



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA: 76167725000130
PUBLICAÇÃO DO ÓRGÃO OFICIAL
Local: CURIÚVA - PARANÁ
Assinado em 07/03/2024 23:14:58

000002

MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ANO XI | Publicação Nº 11870 | quinta-feira, 7 de março de 2024 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

ERRATA PUB. 11867

DECRETO Nº 027/2024

SÚMULA: Nomeia Servidores para atuarem nas Licitações e Contratações Municipais.

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Curiúva, Estado do Paraná, com supedâneo na Lei nº 14.133/2021, bem como no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para atuarem nas licitações e contratações Municipais, conforme Lei Nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, nas seguintes funções:

AGENTE DE CONTRATAÇÕES:

- Aline de Almeida Freitas CPF: 083.***.***-61

PREGOEIRO:

- Luciana Marília da Cosa CPF: 200.***.***-94

EQUIPE DE APOIO:

- Aeliton Maciel CPF: 050.***.***-25

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Curiúva, em 06 de Março de 2024.

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
Prefeito Municipal



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 07/03/2024
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br.



DEPARTAMENTO COMPRAS

MEM Nº 358 / 2024

Curiúva PR, 20 de Maio de 2024.

A
DEP. DE LICITAÇÕES
LUCIANA Marília da Costa.

PREZADA SENHORA

Venho por meio desse documento à presença de Vossa Senhoria solicitar a abertura de processo CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) EM EXECUTAR SERVIÇOS DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, pois o município tem vários veículos e máquinas bem como itens inservíveis que necessitam ser leiloados para a desocupação do pátio bem como liberação de veículos e máquinas que hoje já não tem uso para o município, pois no decorrer dos últimos anos foram adquiridos vários veículos e máquinas novas para suprir a demanda.

- 1) Deverá prestar os seguintes serviços, Consultoria e orientação na disposição e classificação dos bens a serem leiloados, verificação do estado dos bens, avaliação comparação com histórico de vendas de ativos similares, estas avaliações após serem feitas pelos leiloeiros cadastrados, passara por uma comissão interna do município para que possa ser aprovada.
- 2) Realização de divulgação do leilão visando atingir de forma ampla o mercado comprador, já em leilões anteriores feitos pelo próprio município sem auxílio exterior, não tivemos sucesso, desta forma em pesquisa feita em outros municípios os mesmos tem usado esta modalidade para atingir o objetivo tanto de venda como de valor
- 3) Disponibilização de plataforma digital, com fotos e dados completos dos ativos a serem leiloados, podendo receber lances online bem como realização de leilão interativo na data e hora a serem definidos pelo município, uso destas plataformas sem qualquer ônus ao município.
- 4) Dispor de pessoal capacitado para todos os serviços que envolvam o leilão desde a fase de preparação até a realização do mesmo.
- 5) Fica a cargo do Leiloeiro credenciado as certificações dos cadastros dos arrematantes através de análises junto a órgãos de proteção ao crédito, e ainda o rastreamento do número de IP da máquina dos cadastrados.
- 6) Os serviços que vierem a ser contratados serão remunerados pelo percentual máximo de 5% (cinco) por cento, calculado sobre o valor do Bem Arrematado, sendo o pagamento obrigação do(s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000004

arrematante(s) do(s) bem(ns) nos Leilões a serem realizados, inexistindo, assim, quaisquer custos ao Município.

- 7) O Percentual da taxa pelos serviços do Leilão será pago pelos arrematantes dos lotes, não havendo assim quaisquer custos ao Município.

O credenciamento de leiloeiro tem por finalidade selecionar profissionais que comprovem a capacidade técnica para realização dos leilões oficiais, segundo critérios estabelecidos pelo Município de Curiúva PR.

O pedido de credenciamento é de iniciativa do interessado e deverá ser efetuado junto AO E-MAIL LICITACOES@CURIUVA.PR.GOV.BR DA Prefeitura do Município de Curiúva setor de Licitação.

O credenciamento vigorará por prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Credenciamento, desde que cumpridas às formalidades legais.

O credenciado deverá renovar sua habilitação anualmente, apresentando todos os documentos previstos. O credenciamento não conferirá ao credenciado direito adquirido à imutabilidade dos requisitos formais de habilitação, de tal sorte que na renovação da habilitação poderão ser exigidos do mesmo a satisfação de outras condições e/ou apresentação de novos documentos.

O credenciado que desejar se descredenciar deverá comunicar o Município com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

O descredenciamento não poderá ocorrer após o sorteio de Leiloeiro para a execução de leilão, caso esse tenha sido o sorteado, e já tenha iniciado os trabalhos de organização do leilão.

O Município poderá a qualquer tempo realizar novo chamamento para credenciamento de Leiloeiros, sem prejuízo dos já credenciados.

O Município efetuará vistoria ao local e aos equipamentos indicados, antes da publicação do edital leilão, a fim de verificar se atendem aos padrões exigidos para a realização da licitação.

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CREDENCIAMENTO

Pessoa Física:

- a) Carta de Credenciamento
- b) Comprovante de registro na Junta Comercial.
- c) Cópia da Carteira de Identidade – RG;
- d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- e) Certidão Negativa de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000006

Após o sorteio, o credenciado será comunicado da nomeação para a realização do leilão específico, através de ofício.

Cadastramento realizado em chamamento posterior ao sorteio, não terão direito a pleitear novo sorteio para a inclusão de sua participação, ficando seu cadastramento incluso somente em sorteio para novos Leilões.

A contratação para evento específico não presume exclusividade na realização do serviço pelo leiloeiro. A cada novo Leilão que o Município realizar, poderá haver a contratação de outro (s) leiloeiro (s) cadastrado (s) através de sorteio para atuar em outros Leilões.

Em todos os eventos o leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para venda, tanto na sua divulgação (propaganda) como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez dos bens.

Não poderá o leiloeiro realizar mais de dois leilões no mesmo dia em locais muito distantes entre si, a não ser que se trate de imóveis contíguos ou de prédios e imóveis existentes no mesmo prédio, considerando-se nestes casos, como de um só leilão.

E dever do leiloeiro Vender os bens públicos aos arrematantes que apresentarem os lances vencedores com valor igual ou superior à avaliação efetuada pela Comissão Permanente de Avaliação do Município em conjunto com o leiloeiro, mediante as condições de pagamento previstas, Prestar assistência aos interessados, inclusive através de serviço de callcenter.

Disponibilizar o seu site da rede Internet para captação de propostas e acompanhamento online dos leilões a serem realizados, estabelecendo um ambiente competitivo, com interatividade entre os lances recebidos de "viva voz" e os recebidos via web, permitindo uma perfeita visualização e acompanhamento remoto e in loco;

OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO CREDENCIADO

a) Manter, durante a vigência do cadastramento, todas as condições exigidas, inclusive quanto à validade de cada documento, assumindo, ainda, a obrigação de apresentar, em até 5 (cinco) dias da data da realização do sorteio, sob pena de ser excluído, os comprovantes devidamente atualizados da documentação referida;

b) Vender os bens públicos aos arrematantes que apresentarem os lances vencedores com valor igual ou superior à avaliação efetuada pela Comissão Permanente de Avaliação do Município em conjunto com o leiloeiro, mediante as condições de pagamento previstas no Edital de Leilão respectivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000007

- c) Prestar o serviço conforme descrito no presente edital, mediante Autorização de venda, a ser expedida pelas Secretarias Municipais, cuja validade estará adstrita ao final da sessão de leilão;
- d) Prestar assistência aos interessados, inclusive através de serviço de callcenter;
- e) Certificar os cadastros dos interessados através de análises eletrônicas junto aos principais órgãos de proteção ao crédito;
- f) Disponibilizar o seu site da rede Internet para captação de propostas e acompanhamento online dos leilões a serem realizados, estabelecendo um ambiente competitivo, com interatividade entre os lances recebidos de "viva voz" e os recebidos via web, permitindo uma perfeita visualização e acompanhamento remoto e in loco;
- g) Entregar os bens apregoados aos arrematantes, bem como emitir o Termo de Entrega dos bens arrematados em três vias, das quais uma delas deverá ser entregue ao Contratante;
- h) Desenvolver estratégia de vendas, buscando um plano de marketing, de forma a atingir o potencial mercado comprador;
- i) Participar da reunião de encerramento do leilão imediatamente após a realização do evento.
- j) Dispensar tratamento isonômico entre os participantes do leilão;
- k) Atentar sempre para a defesa do interesse do Município em detrimento do particular comprador;
- l) Repassar ao Município, tão logo encerrada a sessão do Leilão, quaisquer valores recebidos a título de sinal;
- m) Fornecer aos arrematantes vencedores os Autos de Arrematação e os recibos das comissões pagas;
- n) Entregar à Secretarias Municipais, ao final do leilão, contra-recibo, contendo todos os dados do arrematante vencedor, por lote;
- o) Submeter ao Município os recursos apresentados sobre a decisão do leilão;
- p) Apresentar a Ata de Leilão em duas vias de igual teor em até 02 (dois) dias úteis após a realização da sessão pública do certame, contendo todas as informações sobre as ocorrências, tais como:
 - I – Todos os lances ofertados para o bem, ou, pelo menos, os três maiores, se houver, constando a qualificação completa dos ofertantes;
 - II – Qualificação completa do arrematante vencedor;
 - III – quaisquer dados relevantes sobre o leilão, discriminados lote a lote, quando for o caso, inclusive quando da não existência de lances para determinado lote;
- q) Apresentar cópia dos Autos de Arrematação e dos recibos das comissões pagas pelos arrematantes vencedores em duas vias de igual teor;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- r) Notificar ao Município qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo não se tratando de fato de sua responsabilidade ou competência;
- s) Responder perante o Município pela perda ou extravio de fundos em dinheiro existentes em seu poder.
- t) Auxiliar o Município, sempre que solicitado, nos casos em que o arrematante:
- I. Não efetue o pagamento dentro do prazo estipulado no Edital do Leilão respectivo;
 - II. Não retire o lote dentro do prazo estipulado no Edital do Leilão respectivo;
 - III. Se recuse a cumprir qualquer uma das cláusulas estipuladas no Edital do Leilão respectivo;
- u) Devolver a comissão paga pelo(s) arrematantes(s) no prazo de 02 (dois) dias úteis da comunicação do fato:
- I. Caso o Município decida anular ou revogar a licitação no todo ou em parte;
 - II. Caso ocorra exercício de direito de preferência, previsto na legislação vigente, por terceiros que não participaram do leilão.
- v) Não utilizar o nome do Município, ou sua qualidade de contratado deste, em quaisquer atividades de divulgação profissional, com exceção da divulgação do evento específico;
- w) Guardar sigilo das informações que lhe são confiadas para a efetiva realização do leilão, sob pena de responsabilidade.
- x) Exercer pessoalmente suas funções, salvo em caso de moléstia, situação na qual poderá delegar suas funções a preposto;
- y) No caso da alínea anterior, o preposto delegado deverá cumprir as mesmas exigências previstas neste edital;
- z) Participar da reunião de encerramento do leilão imediatamente após a realização do evento;
- aa) Desenvolver estratégia de vendas, buscando um plano de marketing, de forma a atingir o potencial mercado comprador.
- 8.2. Oferecer, no mínimo, a seguinte infra-estrutura, para a realização do Leilão Oficial em que atuará como leiloeiro:
- a) Instalações adequadas para realização do evento (local próprio ou de terceiros), de fácil localização, em ambiente agradável, com condições de conforto aos interessados. No conceito de instalação compreendem-se cadeiras, plataformas, sistema de som, equipe de trabalho, serviço de copa com água e café, infraestrutura de energia elétrica de 110/220 volts, infraestrutura lógica para acesso a internet, 1 terminal de telefone para ligações locais, etc.;
 - b) Plataforma na INTERNET para realização do leilão virtual e presencial simultaneamente;
 - c) Para divulgar o leilão, no mínimo: por meio de endereço eletrônico na INTERNET, mailling, confecção de material publicitário impresso sobre a licitação (exemplo: folheto, cartilha, livrete etc.) e propaganda nos meios de comunicação;
 - d) Fazer constar na divulgação do evento pela INTERNET e no material impresso: a descrição dos bens ofertados, fotos daqueles indicados pelo Município, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

e) Utilização de sistema audiovisual durante o leilão, contendo projetor de imagem que possibilite a visualização de imagens dos bens por todos os participantes da licitação. A critério do órgão solicitante poderá ser dispensado o uso do sistema audiovisual ou, em sua substituição, poderão ser utilizadas fotos dos bens no certame;

f) Fazer o levantamento de todos os bens a serem leiloados, inclusive procedendo à verificação de toda a documentação relativa para cada tipo de bem;

g) Avaliar os bens juntamente com a Comissão Permanente de Avaliação do Município, fornecendo tal avaliação para subsídio na formação do preço a ser atribuído pelo Município;

h) Numerar cada bem, individualmente e/ou por lote, que será composto a seu critério, de forma a obter o melhor preço possível. Tal composição deverá ser submetida à análise do Município, que ressalva seu direito de interferir na composição dos lotes, caso discorde da formação de algum deles;

i) Fotografar todos os bens a serem leiloados, com equipamentos de boa qualidade, de forma a garantir que as fotos fiquem nítidas. Deverá fornecer uma cópia de cada foto para compor o processo de leilão público.

8.3. Salvo disposição em contrário, pode o nomeante, a qualquer tempo, alterar as instruções dadas ao nomeado, entendendo-se por elas regidos também os negócios pendentes.

8.4. A comprovação da infra-estrutura mínima exigida deverá ser feita mediante apresentação de Declaração do interessado, juntamente com a documentação descrevendo o local onde pretende realizar a licitação, o endereço na INTERNET, o tipo de material publicitário que pretende utilizar, a especificação do equipamento de audiovisual.

8.5. Poderá o leiloeiro, indicar mais de um local para realização do leilão, se este julgar necessário para fins de viabilização de agenda na data da realização do mesmo.

8.6. O Município efetuará vistoria ao local e aos equipamentos indicados, antes da publicação do edital leilão, a fim de verificar se atendem aos padrões exigidos para a realização da licitação.

8.6.1. Os leiloeiros são obrigados a acusar o recebimento das mercadorias móveis e de tudo que lhes for confiado para venda e fazer constar em carta ou relação, dando, para o efeito de indenizações, no caso de incêndio, quebras ou extravios, e na hipótese de novamente haver omitido os respectivos valores, a avaliação que julgar razoável, mediante comunicação que deverá ser entregue pelo protocolo ou por meio de carta com aviso de recebimento.

8.6.2. No desempenho de suas funções, o leiloeiro nomeado é obrigado a agir com cuidado e diligência, não só para evitar qualquer prejuízo ao Município mas ainda para lhe proporcionar o lucro que razoavelmente se podia esperar do negócio, respondendo, salvo motivo de força maior, por qualquer prejuízo que, por ação ou omissão, ocasionar ao nomeante.



ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DADOS CADASTRAIS

Nome:	
CPF	
Endereço e E-mail	
CEP	
Cidade UF	
Telefones	
Fac-símile	
Pessoa p/ contato	
Nome:	
CPF	

DECLARAÇÃO:

De acordo com o previsto no Edital de Chamamento Público para credenciamento de Leiloeiro nº , divulgado no __, em __/__/__, DECLARO(AMOS) que disponho(mos) da infraestrutura citada no edital em epígrafe, conforme abaixo especificado:

I) DO LOCAL:

() próprio () de terceira descrição/endereço:

II) ENDEREÇO ELETRÔNICO NA INTERNET:

III) TIPO DO MATERIAL PUBLICITÁRIO IMPRESSO:

IV) VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO (especificar)

V) ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL (se for o caso):

DECLARO(AMOS), ainda, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e estou(amos) ciente(s) das sanções administrativas cabíveis, na hipótese de falsidade desta Declaração, sujeitando-me (nos), assim, às penalidades previstas no edital. Na oportunidade, RENUNCIO à comissão cujo pagamento seria de responsabilidade do Município de XXXXXXXX, conforme prevê o art. 24 do Decreto 21.981, de 19.10.32, ciente de que a mesma será paga, na proporção máxima de 5% (cinco por cento) do lance vencedor, pelo(s) arrematante(s) do(s) leilão(ões) em que atuarei como Leiloeiro Oficial.

Local e data

Assinatura Leiloeiro

RG – CP



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INC. XXXIII, DA CF

Declaro, sob as penas lei, e para fins de participação no Chamamento Público n.º , promovido pelo Município de Curiúva, não emprego profissionais menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos em quaisquer trabalhos, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(local e data)

Assinatura Leiloeiro

RG – CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO E COMPROMISSO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE LEILÃO A SEREM REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE CURIÚVA-PARANÁ

Pelo presente Termo de Credenciamento, eu

_____, inscrito no Cadastro de Pessoas Jurídica e/ou Físicas sob n.º _____, com matrícula n.º _____, na Junta Comercial do Paraná, domiciliado na _____, COMPROMETO-ME a cumprir todas as condições, instruções, exigência e obrigações previstas e decorrentes do Edital de Chamamento Público n.º _____ para o credenciamento de Leiloeiros Oficiais.

+++++, ____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura Leiloeiro
RG – CPF



ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

(nome da empresa) CNPJ: ++++++++ declaramos ter pleno cumprimento dos requisitos de habilitação constantes no Edital de CREDENCIAMENTO nº. do qual este modelo é parte integrante.
LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
RG – CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000014

ANEXO VI

DECLARAÇÃO QUE ACEITA TODAS AS CONDIÇÕES DO PRESENTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS

Declaramos para os devidos fins que a empresa xxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxx, N° xxx, bairro xxxxxxxxxx – xxxxxxxxxx/PR, aceita todas as condições deste Edital de Inexigibilidade Credenciamento nº ____/____ e seus anexos independentemente de sua transcrição.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
RG – CPF



ANEXO VII – MINUTA DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____, representada neste ato pelo(a) Sr(a). _____, portadora da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrição no CPF nº _____, (cargo ou função), **DECLARA SOB AS PENAS DA LEI** na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade CREDENCIAMENTO nº _____, instaurado por esta Prefeitura, que:

- Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público
- Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- Não foi apenada com rescisão de contrato, que por deficiência dos serviços, que por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos;
- Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações anteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do Representante Legal
RG – CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VIII – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO - Nº

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____ portador da Cédula de Identidade Nº. _____ e CPF Nº. _____, a participar do procedimento licitatório, sob modalidade de **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº.**, instaurado por essa Prefeitura.

Na qualidade de representante legal da empresa _____, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de oferecer lances e renunciar ao direito de interposição de recurso.

_____, ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal da proponente **(com firma reconhecida)**.

Em resumo o município não tem qualquer custo inerente ao processo de Leilão dos bens, partindo o valor para suprir os serviços de leiloeiro e suas obrigações da taxa de 05% máxima cobrada dos arrematantes, sendo que os bens só poderão ser liberados pelo município entregues aos ganhadores arrematantes após a comprovação de que os mesmos foram pagos devidamente a ambas as partes.

Sem mais para o presente, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



JORGE ALBERTO DE OLIVEIRA
DEP. COMPRAS.



REINALDO VICENTIN
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE COMPRA – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

INTRODUÇÃO

O Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação.
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Data prevista para conclusão do processo: 01/06/2024

1.2 Secretária Participante do Processo.

- ☒ Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
- ☐ Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- ☐ Secretaria Municipal de Assistência Social
- ☐ Secretaria Municipal de Assuntos Governamentais
- ☐ Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
- ☐ Secretaria Municipal de Educação
- ☐ Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- ☐ Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
- ☐ Secretaria Municipal de Saúde

1.3 Objeto:

- ☒ Serviço não continuado
- ☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Material de consumo
- ☐ Material permanente / equipamento / veículos

1.4 Forma de Contratação sugerida:

- ☐ Pregão/Concorrência.
- ☐ Pregão (Registro de Preço).
- ☒ Dispensa/Inexigibilidade.

2 - Descrição sucinta do objeto

abertura de processo CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) EM EXECUTAR SERVIÇOS DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, pois o município tem vários veículos e máquinas bem como itens inservíveis que necessitam ser leiloados para a desocupação do pátio bem como liberação de veículos e máquinas que hoje já não tem uso para o município, pois no decorrer dos últimos anos foram adquiridos vários veículos e máquinas novas para suprir a demanda.

- 1) Deverá prestar os seguintes serviços, Consultoria e orientação na disposição e classificação dos bens a serem leiloados, verificação do estado dos bens, avaliação comparação com



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

histórico de vendas de ativos similares, estas avaliações após serem feitas pelos leiloeiros cadastrados, passara por uma comissão interna do município para que possa ser aprovada.

- 2) Realização de divulgação do leilão visando atingir de forma ampla o mercado comprador, já em leilões anteriores feitos pelo próprio município sem auxílio exterior, não tivemos sucesso, desta forma em pesquisa feita em outros municípios os mesmos tem usado esta modalidade para atingir o objetivo tanto de venda como de valor.
- 3) Disponibilização de plataforma digital, com fotos e dados completos dos ativos a serem leiloados, podendo receber lances online bem como realização de leilão interativo na data e hora a serem definidos pelo município, uso destas plataformas sem qualquer ônus ao município.
- 4) Dispor de pessoal capacitado para todos os serviços que envolvam o leilão desde a fase de preparação até a realização do mesmo.
- 5) Fica a cargo do Leiloeiro credenciado as certificações dos cadastros dos arrematantes através de análises junto a órgãos de proteção ao crédito, e ainda o rastreamento do número de IP da máquina dos cadastrados.
- 6) Os serviços que vierem a ser contratados serão remunerados pelo percentual máximo de 5% (cinco) por cento, calculado sobre o valor do Bem Arrematado, sendo o pagamento obrigação do(s) arrematante(s) do(s) bem(ns) nos Leilões a serem realizados, inexistindo, assim, quaisquer custos ao Município.
- 7) O Percentual da taxa pelos serviços do Leilão será pago pelos arrematantes dos lotes, não havendo assim quaisquer custos ao Município.

3 - Prioridade da Contratação

- () Alta (itens Críticos e Urgentes)
(x) Média (itens importantes, mas não urgentes)
() Baixa (itens necessários, mas não urgentes)

4- Alguns itens serão cobrados amostra do licitante?

- () Sim. Informados na planilha de itens.
(x) Não

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Em primeiro lugar, é necessário compreender que os leilões públicos consistem em uma modalidade de venda de bens, seja de veículos, imóveis, máquinas ou qualquer outro tipo de patrimônio do município. Essa forma de alienação permite que a administração pública se desfaga de bens que não são mais necessários ou que não estejam sendo utilizados, gerando assim recursos financeiros que podem ser reinvestidos em áreas prioritárias, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Nesse contexto, o leiloeiro desempenha um papel fundamental ao utilizar sua expertise e conhecimento técnico para conduzi-lo, garantindo uma venda justa e benéfica para todos os envolvidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Outro ponto importante é que a contratação de leiloeiro também contribui para aumentar a competitividade nas licitações. Ao realizar um leilão público, diversos potenciais compradores podem participar o que possibilita maior leque de propostas e um valor de venda mais próximo do preço de mercado. Essa competitividade também beneficia o interesse público, pois garante que os bens sejam vendidos pelo melhor preço possível.

É relevante ressaltar que a contratação de leiloeiros para realizar hastas públicas não apenas atende aos interesses do município, mas também dos próprios cidadãos. Por meio dessa prática, é possível oferecer oportunidades para pequenos empresários, empreendedores individuais e compradores em geral para adquirirem bens a preços mais acessíveis, seja para uso próprio, revenda ou investimento. Isso estimula a economia local e proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento de negócios.

3 - MATERIAIS/SERVIÇOS

processo CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) EM EXECUTAR SERVIÇOS DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL.

4 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA DA EMPRESA

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CREDENCIAMENTO

Pessoa Física:

- a) Carta de Credenciamento
- b) Comprovante de registro na Junta Comercial.
- c) Cópia da Carteira de Identidade – RG;
- d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- e) Certidão Negativa de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- f) Certidão Negativa de Quitação de Tributos e Dívida Ativa do Estado;
- g) Certidão Negativa perante a Fazenda Municipal (ISS), se houver;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- i) Comprovante de Residência.
- j) Declaração que aceita todas as condições do presente instrumento e seus anexos independentemente de sua transcrição.
- k) Das pessoas físicas não contribuintes, declaração administrativa do FGTS de que o interessado não possui empregados, não sendo, pois, sujeito passivo da mencionada contribuição social para o FGTS;

Pessoa Jurídica:

- a) Carta de Credenciamento
- b) Comprovante de registro na Junta Comercial Do Leiloeiro responsável pela empresa.
- c) No caso de empresário individual: Cédula de Identidade e Inscrição Comercial em vigor devidamente registrada na Junta Comercial;
- d) No caso de sociedade mercantil: Contrato Social e última alteração devidamente registrada na Junta Comercial;
- e) No caso de sociedade por ações: Ato Constitutivo, Estatuto em vigor e Ata de assembléia de eleição da atual diretoria devidamente registrados no órgão competente;
- f) No caso de sociedade civil: Ato constitutivo, Estatuto em vigor e prova de eleição da diretoria em exercício;
- g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- h) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- j) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão de Tributo Mobiliário e Imobiliário);
- k) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- l) Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- m) Prova de licença atualizada junto ao município sede do exercício profissional do licitante, que está apta a efetuar a prestação dos serviços (Alvará de Licença). Fica autorizado a apresentação deste documento pela vencedora como condição para a contratação.
- n) Comprovante de inscrição ou registro profissional da entidade profissional competente da Pessoa Jurídica.
- o) Certidão Negativa de Falência e Concordata com data de emissão não superior a 60 (sessenta) da data de apresentação dos documentos.

5 ANEXOS

Termo de referência
Estudo técnico
Demanda de compra
Memorando 358/2024

6 GESTOR E FISCAIS DE CONTRATO

Gestor de Contrato Titular: ROBERVAL MARIA PRESTES
Gestor de Contrato Substituto:
Fiscal de Contrato: DOUGLAS DELFINO
Fiscal de Contrato Substituto:

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Data da Elaboração: 20/05/2024

Integrante	Nome	Matrícula
Secretário	JORGE ALBERTO DE OLIVEIRA	
Técnico		
Técnico		



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Introdução

- Exigência Legal: Artigo 18, caput e parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.
- Regulamentação: Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Definição normativa: Estudo Técnico Preliminar – ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base aos projetos a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;
- Objeto da pretendida contratação: abertura de processo CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) EM EXECUTAR SERVIÇOS DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, pois o município tem vários veículos e máquinas bem como itens inservíveis imóveis que necessitam ser leiloados para a desocupação do pátio bem como liberação de veículos e máquinas que hoje já não tem uso para o município, pois no decorrer dos últimos anos no caso dos veículos e máquinas foram adquiridos vários novos para suprir a demanda.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Em primeiro lugar, é necessário compreender que os leilões públicos consistem em uma modalidade de venda de bens, seja de veículos, imóveis, máquinas ou qualquer outro tipo de patrimônio do município. Essa forma de alienação permite que a administração pública se desfaça de bens que não são mais necessários ou que não estejam sendo utilizados, gerando assim recursos financeiros que podem ser reinvestidos em áreas prioritárias, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Nesse contexto, o leiloeiro desempenha um papel fundamental ao utilizar sua expertise e conhecimento técnico para conduzi-lo, garantindo uma venda justa e benéfica para todos os envolvidos.

Outro ponto importante é que a contratação de leiloeiro também contribui para aumentar a competitividade nas licitações. Ao realizar um leilão público, diversos potenciais compradores podem participar o que possibilita maior leque de propostas e um valor de venda mais próximo do preço de mercado. Essa competitividade também beneficia o interesse público, pois garante que os bens sejam vendidos pelo melhor preço possível.

É relevante ressaltar que a contratação de leiloeiros para realizar hastas públicas não apenas atende aos interesses do município, mas também dos próprios cidadãos. Por meio dessa prática, é possível oferecer oportunidades para pequenos empresários, empreendedores individuais e compradores em geral para adquirirem bens a preços mais acessíveis, seja para uso próprio, revenda ou investimento. Isso estimula a economia local e proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento de negócios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANA

2 – PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Esta prevista no plano anual de contratações do município, parte administrativa, site www.curiuva.pr.gov.br

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelo curto prazo da contratação e pelas suas características.

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CREDENCIAMENTO

Pessoa Física:

- a) Carta de Credenciamento
- b) Comprovante de registro na Junta Comercial.
- c) Cópia da Carteira de Identidade – RG;
- d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- e) Certidão Negativa de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- f) Certidão Negativa de Quitação de Tributos e Dívida Ativa do Estado;
- g) Certidão Negativa perante a Fazenda Municipal (ISS), se houver;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- i) Comprovante de Residência.
- j) Declaração que aceita todas as condições do presente instrumento e seus anexos independentemente de sua transcrição.
- k) Das pessoas físicas não contribuintes, declaração administrativa do FGTS de que o interessado não possui empregados, não sendo, pois, sujeito passivo da mencionada contribuição social para o FGTS;

Pessoa Jurídica:

- a) Carta de Credenciamento
- b) Comprovante de registro na Junta Comercial Do Leiloeiro responsável pela empresa.
- c) No caso de empresário individual: Cédula de Identidade e Inscrição Comercial em vigor devidamente registrada na Junta Comercial;
- d) No caso de sociedade mercantil: Contrato Social e última alteração devidamente registrada na Junta Comercial;
- e) No caso de sociedade por ações: Ato Constitutivo, Estatuto em vigor e Ata de assembléia de eleição da atual diretoria devidamente registrados no órgão competente;
- f) No caso de sociedade civil: Ato constitutivo, Estatuto em vigor e prova de eleição da diretoria em exercício;
- g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- j) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão de Tributo Mobiliário e Imobiliário);
- k) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- l) Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- m) Prova de licença atualizada junto ao município sede do exercício profissional do licitante, que está apta a efetuar a prestação dos serviços (Alvará de Licença). Fica autorizado a apresentação deste documento pela vencedora como condição para a contratação.
- n) Comprovante de inscrição ou registro profissional da entidade profissional competente da Pessoa Jurídica.
- o) Certidão Negativa de Falência e Concordata com data de emissão não superior a 60 (sessenta) da data de apresentação dos documentos.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Prezando pela celeridade e eficiência do certame, optou-se por contratar um leiloeiro para conduzir os trabalhos pertinentes, Serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos neste, porém somente se utilizará a quantidade necessária para o atendimento da Administração Pública.

Antes de cada leilão oficial será realizado sorteio dentre os cadastrados para definir o leiloeiro oficial que irá atuar no evento. Os leiloeiros cadastrados serão previamente informados sobre a data, o local e horário de realização do sorteio, sendo IMPRESCINDÍVEL a sua presença ou de seu representante no evento.

Após o sorteio, o credenciado será comunicado da nomeação para a realização do leilão específico, através de ofício.

Cadastramento realizado em chamamento posterior ao sorteio, não terão direito a pleitear novo sorteio para a inclusão de sua participação, ficando seu cadastramento incluso somente em sorteio para novos Leilões.

A contratação para evento específico não presume exclusividade na realização do serviço pelo leiloeiro. A cada novo Leilão que o Município realizar, poderá haver a contratação de outro (s) leiloeiro (s) cadastrado (s) através de sorteio para atuar em outros Leilões.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os serviços que vierem a ser contratados serão remunerados pelo percentual máximo de 5% (cinco) por cento, calculado sobre o valor do Bem Arrematado, sendo o pagamento obrigação do(s) arrematante(s) do(s) bem(ns) nos Leilões a serem realizados, inexistindo, assim, quaisquer custos ao Município.

6 – ESTIMATIVA VALOR DA CONTRATAÇÃO

Após o "Levantamento de Mercado", conclui-se que uma das opções viáveis no momento estipulada pela nova lei de licitações e contratos administrativos (lei 14.133/2021) é a realização de pregão convencional e eletrônico para a contratação do serviço de leiloeiro oficial ou inexigibilidade credenciamento.

artigo 31, § 1º:

Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração

deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e

AV. ANTONIO CUNHA, 365 – FONE FAX (43) 3545-1222 – CEP 84280-000 – CURIÚVA – PR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANA

adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Após análise das alternativas para esta contratação, chegou-se à conclusão de que a solução mais adequada é efetuar a contratação através de credenciamento, fundamentada no inciso I, do art. 78, da Lei 14.133/2021. Conforme preceitua o Art. 6º do Decreto nº 11.461/2023:

Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, sua seleção será mediante credenciamento. Desta forma deverá ser efetuado um credenciamento de todos os leiloeiros interessados e que sejam regulares na Junta Comercial do Estado.

Decreto nº 11.461 de 31 de Março de 2023

Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 6º Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, sua seleção será mediante credenciamento.

§ 1º O credenciamento de que trata o caput observará como parâmetro máximo da taxa de comissão a ser paga pelos arrematantes a todos os credenciados, o montante de cinco por cento do valor do bem arrematado.

§ 2º É vedada a previsão de taxa de comissão a ser paga pelos comitentes.

8 – JUSTIFICATIVA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Considerando a natureza do serviço a ser contratado, não se verifica a possibilidade de parcelamento da solução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

9 – RESULTADO PRETENDIDO

Fundamentação: Os benefícios a serem alcançados com a presente contratação incluem, entre outros, a redução do custo operacional na gestão dos bens inservíveis; na mitigação nos riscos de furto dos bens; na redução nos custos de controle e segurança; na prevenção ao perdimento do bem por deterioração ou danos; no reaproveitamento do bem para outros fins, garantindo assim o prolongamento do seu ciclo de vida útil e especialmente na redução no impacto ambiental.

10 – PROVIDÊNCIAS CELEBRAÇÃO CONTRATO

Fundamentação: Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada, além de documentos a serem necessários já citados.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21- não há.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) - A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente. A contratada será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.

13 – ANÁLISES DE RISCO

Chamamento deserto/fracassado e não realização do leilão por falta de alternativa viável para a contratação de leiloeiro pela nova lei de licitações e contratos administrativos, a lei nº 14.133/2021.

Ausência de participantes que enviem propostas ou de propostas exequíveis para o chamamento.

Em alinhamento com estas determinações, **orienta-se** aos órgãos e entidades que a **contratação de leiloeiros** deve seguir as regras dispostas no art. 966 do Código Civil e na Instrução Normativa DREI nº 72, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o processo de concessão de matrícula, seu cancelamento e a fiscalização da atividade de Leiloeiro Público Oficial.

14 – CONCLUSÃO

Fundamentação: de acordo com a necessidade do órgão contratante, a solução encontrada para esta contratação é perfeitamente adequada segundo os regulamentos vigentes. Portanto é viável, pois mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. SECRETARIA SOLICITANTE

1.1 Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO.

2. OBJETO

2.1 abertura de processo CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) EM EXECUTAR SERVIÇOS DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, pois o município tem vários veículos e maquinas bem como itens inservíveis imóveis que necessitam ser leiloados para a desocupação do pátio bem como liberação de veículos e maquinas que hoje já não tem uso para o município, pois no decorrer dos últimos anos no caso dos veículos e maquinas foram adquiridos vários novos para suprir a demanda.

2.2 Indicar a forma de contratação:

- ☐ registro de preços
- ☒ contrato
- ☐ Aquisição imediata
- ☐ Emergencial

3. JUSTIFICATIVA – fundamentação da contratação.

Fundamentado na formalização de compras que esta anexo.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Em primeiro lugar, é necessário compreender que os leilões públicos consistem em uma modalidade de venda de bens, seja de veículos, imóveis, máquinas ou qualquer outro tipo de patrimônio do município. Essa forma de alienação permite que a administração pública se desfaça de bens que não são mais necessários ou que não estejam sendo utilizados, gerando assim recursos financeiros que podem ser reinvestidos em áreas prioritárias, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Nesse contexto, o leiloeiro desempenha um papel fundamental ao utilizar sua expertise e conhecimento técnico para conduzi-lo, garantindo uma venda justa e benéfica para todos os envolvidos.

Outro ponto importante é que a contratação de leiloeiro também contribui para aumentar a competitividade nas licitações. Ao realizar um leilão público, diversos potenciais compradores podem participar o que possibilita maior leque de propostas e um valor de venda mais próximo do preço de mercado. Essa competitividade também beneficia o interesse público, pois garante que os bens sejam vendidos pelo melhor preço possível.

É relevante ressaltar que a contratação de leiloeiros para realizar hastas públicas não apenas atende aos interesses do município, mas também dos próprios cidadãos. Por meio dessa prática, é possível oferecer oportunidades para pequenos empresários, empreendedores individuais e compradores em geral para adquirirem bens a preços mais acessíveis, seja para uso próprio, revenda ou investimento. Isso estimula a economia local e proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento de negócios.

4.1 ITENS, QUANTIDADES E DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS

CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) FÍSICA(S) E PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) EM EXECUTAR SERVIÇOS DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, pois o município tem vários veículos e máquinas bem como itens inservíveis que necessitam ser leiloados para a desocupação do pátio bem como liberação de veículos e máquinas que hoje já não tem uso para o município, pois no decorrer dos últimos anos foram adquiridos vários veículos e máquinas novas para suprir a demanda.

- 1) Deverá prestar os seguintes serviços, Consultoria e orientação na disposição e classificação dos bens a serem leiloados, verificação do estado dos bens, avaliação comparação com histórico de vendas de ativos similares, estas avaliações após serem feitas pelos leiloeiros cadastrados, passara por uma comissão interna do município para que possa ser aprovada.
- 2) Realização de divulgação do leilão visando atingir de forma ampla o mercado comprador, já em leilões anteriores feitos pelo próprio município sem auxílio exterior, não tivemos sucesso, desta forma em pesquisa feita em outros municípios os mesmos tem usado esta modalidade para atingir o objetivo tanto de venda como de valor.
- 3) Disponibilização de plataforma digital, com fotos e dados completos dos ativos a serem leiloados, podendo receber lances online bem como realização de leilão interativo na data e hora a serem definidos pelo município, uso destas plataformas sem qualquer ônus ao município.
- 4) Dispor de pessoal capacitado para todos os serviços que envolvam o leilão desde a fase de preparação até a realização do mesmo.
- 5) Fica a cargo do Leiloeiro credenciado as certificações dos cadastros dos arrematantes através de análises junto a órgãos de proteção ao crédito, e ainda o rastreamento do número de IP da máquina dos cadastrados.
- 6) Os serviços que vierem a ser contratados serão remunerados pelo percentual máximo de 5% (cinco) por cento, calculado sobre o valor do Bem Arrematado, sendo o pagamento obrigação do(s) arrematante(s) do(s) bem(ns) nos Leilões a serem realizados, inexistindo, assim, quaisquer custos ao Município.
- 7) O Percentual da taxa pelos serviços do Leilão será pago pelos arrematantes dos lotes, não havendo assim quaisquer custos ao Município.

4.2 VALOR GLOBAL ESTIMADO.

4.2.1 O valor máximo estimado para esta aquisição é de SEM CUSTO AO MUNICÍPIO.

5. PRAZO de execução, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 O prazo da referida contratação será vigente até 31/12/2024.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 A CONTRATADA obriga-se a:

O credenciamento de leiloeiro tem por finalidade selecionar profissionais que comprovem a capacidade técnica para realização dos leilões oficiais, segundo critérios estabelecidos pelo Município de Curiúva PR. 000029

O pedido de credenciamento é de iniciativa do interessado e deverá ser efetuado junto AO E-MAIL LICITACOES@CURIUVA.PR.GOV.BR DA Prefeitura do Município de Curiúva setor de Licitação.

O credenciamento vigorará por prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Credenciamento, desde que cumpridas às formalidades legais.

O credenciado deverá renovar sua habilitação anualmente, apresentando todos os documentos previstos. O credenciamento não conferirá ao credenciado direito adquirido à imutabilidade dos requisitos formais de habilitação, de tal sorte que na renovação da habilitação poderão ser exigidos do mesmo a satisfação de outras condições e/ou apresentação de novos documentos.

O credenciado que desejar se descredenciar deverá comunicar o Município com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

O descredenciamento não poderá ocorrer após o sorteio de Leiloeiro para a execução de leilão, caso esse tenha sido o sorteado, e já tenha iniciado os trabalhos de organização do leilão.

O Município poderá a qualquer tempo realizar novo chamamento para credenciamento de Leiloeiros, sem prejuízo dos já credenciados.

O Município efetuará vistoria ao local e aos equipamentos indicados, antes da publicação do edital leilão, a fim de verificar se atendem aos padrões exigidos para a realização da licitação.

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Obedecer às especificações a qualidade e prazos exigidos no edital. 000030

Colocar a disposição da contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento porventura efetuado pela contratante.

As demais obrigações pertinentes serão exclusivamente ao objeto da licitação, a ser estabelecido pelo Departamento de Licitações em relação ao CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme legislação aplicável.

A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

HABILITAÇÃO

Apresentação de documentos necessários e exigíveis por parte da Licitante, necessários à habilitação ao certame, a serem estabelecidos pelo Departamento de Licitações.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Fundamentação: Após análise das alternativas para esta contratação, chegou-se à conclusão de que a solução mais adequada é efetuar a contratação através de credenciamento, fundamentada no inciso I, do art. 78, da Lei 14.133/2021. Conforme preceitua o Art. 6º do Decreto nº 11.461/2023:

Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, sua seleção será mediante credenciamento. Desta forma deverá ser efetuado um credenciamento de todos os leiloeiros interessados e que sejam regulares na Junta Comercial do Estado.

Decreto nº 11.461 de 31 de Março de 2023

Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 6º Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, sua seleção será mediante credenciamento.

00031
§ 1º O credenciamento de que trata o caput observará como parâmetro máximo da taxa de comissão a ser paga pelos arrematantes a todos os credenciados, o montante de cinco por cento do valor do bem arrematado.
§ 2º É vedada a previsão de taxa de comissão a ser paga pelos comitentes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

NÃO HAVERÁ CUSTO PARA O MUNICÍPIO.

DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato ficará a cargo do SR. DOUGLAS DELFINO o qual terá entre outras, as seguintes atribuições:

Verificar se o fornecimento está sendo cumprido nos termos do Edital, seus anexos e Contrato, assim como dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência ao Gestor do Contrato para providências cabíveis.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

O Fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Será responsável pela gestão do Contrato ROBERVAL DA SILVA PRESTES denominado Gestor do Contrato.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

PARECER

REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2024

CONSULENTE: COMISSÃO DE LICITAÇÕES

ASSUNTO: PARECER JURÍDICO SOBRE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 74 DA LEI 14.133/2021.

BREVE RELATO

A Comissão de Licitações encaminhou a este Procurador Jurídico o processo administrativo em epígrafe para controle prévio de legalidade, conforme determina o art. 53, § 5º, e art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

A Administração tenciona contratar empresa para a prestação de serviços de hospedagem de usuários em tratamento de saúde fora do município.

Pelo que se pode extrair da documentação existente nos autos, a Administração Pública Municipal pretende realizar as contratações por meio de **inexigibilidade de licitação (art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)**, pelo procedimento auxiliar do **credenciamento (art. 78, inciso I, combinado com art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**.

É a síntese do essencial.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O parecer tem o objetivo de assistir a autoridade no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, e § 5º da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

000033

Esse controle se dá nos limites da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Não cabe a este Procurador Jurídico decidir sobre o mérito das contratações entendidas como necessárias, cuja decisão pertence ao Chefe do Poder Executivo, que a exerce por meio de juízo discricionário de oportunidade e conveniência.

Todas as observações expostas neste parecer partem da premissa de que são **verdadeiros e exatos**: os cálculos; as informações; a pesquisa de preços no mercado fornecedor; existência de dotação orçamentária; definição do objeto no que tange à qualidade e quantidade; e justificativa quanto à efetiva necessidade do objeto. Não constitui tarefa deste órgão jurídico tecer considerações sobre os documentos mencionados, **exceto quando constatado erro ou omissão grosseira do Setor responsável pela sua elaboração.**

Convém destacar ainda que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário. Assim, parte das observações registradas neste parecer constituem-se em recomendações e, caso a Administração opte por não as acatar, recomenda-se que **motive o ato**, nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/1999¹. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual **responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.**

Todos os aspectos eminentemente técnicos da licitação são de inteira responsabilidade dos agentes públicos competentes, a quem incumbe zelar pela **veracidade** das informações prestadas nos documentos anexados, observar as normas legais de regência, e as determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo de posterior

¹ “[...] EXISTÊNCIA DA LEI FEDERAL N. 9.784/99. **APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.** [...]” (STJ – AgRg no RMS 25979 GO 2007/0302874-8; Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE; DJe: 16/04/2013)



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

exame do órgão de Controle Interno (artigos 31, caput, e 74, da Constituição Federal; artigo 169 da Lei nº 14.133/2021).

ANÁLISE DOS REQUISITOS DO ART. 72 DA LEI DE LICITAÇÕES

O artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 elenca os documentos mínimos que devem instruir os procedimentos de contratação direta, inclusive por dispensa de licitação. Ei-lo:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

É importante ressaltar que a não observância dessas formalidades pode configurar a hipótese do **artigo 73 da Lei nº 14.133/2021**, acarretando a responsabilidade



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

solidária do contratado e do agente público responsável por eventual dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Desse modo, é altamente recomendável que, no despacho que autorizar a contratação direta, a autoridade competente analise criticamente a instrução dos autos, certificando-se de que todos os elementos previstos no artigo 72 da Lei federal nº 14.133/2021 tenham sido efetivamente atendidos, bem como indicando onde se encontram, nos autos, os documentos utilizados para respaldar sua deliberação.

Registrada a importância dos documentos elencados no artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, serão apresentadas considerações de ordem jurídica a seu respeito.

1) Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo (inciso I):

Este inciso contempla documentos referentes à fase de planejamento da contratação e às especificações técnicas de seu objeto. Ao utilizar a expressão "*e, se for o caso*", após o primeiro documento, seria possível concluir que a legislação dispensando todos os outros (estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou executivo). No entanto, esse dispositivo deve ser interpretado com cautela, não devendo ser utilizado para se dispensar arbitrariamente os documentos ali listados. Com efeito, eventual ausência de algum dos documentos elencados no inciso I deve ser devidamente justificada pela área técnica da Administração, sempre tendo em vista as especificidades do caso concreto.

No caso específico das aquisições, não parece necessária a confecção de projeto básico ou executivo, uma vez que os conceitos trazidos no artigo 6º, incisos XXV e XXVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, revelam que esses documentos seriam utilizados em obras ou serviços mais complexos, como os de engenharia.



A partir dos **documentos de formalização de demandas (DFD)**, os órgãos responsáveis pelo planejamento da Administração Pública Municipal poderão elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias (art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021).

O **estudo técnico preliminar (ETP)** é elemento típico da etapa de planejamento da contratação, destinando-se a caracterizar o interesse público envolvido e a melhor solução para satisfazê-lo, oferecendo os subsídios ao termo de referência.

É apropriado destacar que, nos termos do artigo 7º do Decreto Municipal nº 28/2024, **nas contratações com fulcro no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021, fica dispensada a realização de estudo técnico preliminar, realização de análise de riscos, elaboração de termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, exceto quando se tratar de serviços que as particularidades do objeto exijam.**

Por sua vez, a **análise de riscos** consiste na identificação dos riscos que a contratação pretendida pode gerar ao interesse público, definindo-se seus métodos de gerenciamento, ações preventivas e de contingência. Geralmente se materializa por meio de um "mapa de riscos", o que é diferente da "matriz de riscos" a que alude o artigo 6º, inciso XXVII, da Lei Federal nº 14.133/2021 (cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste). Da mesma forma que no ETP, é juridicamente possível que a Administração verifique não ser o caso de elaboração da análise de riscos em razão da baixa complexidade do objeto.

O termo de referência (TR) é um documento voltado para a caracterização do objeto contratual e deve conter os requisitos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei de Licitações.

2) Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei de Licitações (inciso II) e justificativa de preços (inciso VII):



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Os incisos II e VII do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 podem ser analisados em conjunto, uma vez que tratam de assunto semelhante.

O inciso II demanda que o processo contemple "estimativa de despesa", calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei de Licitações, que se refere à pesquisa de preços. Nos pontos relevantes para as aquisições de bens e serviços em geral (como é o caso dos autos), o referido art. 23 contém a seguinte redação:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. [...]

Por fim, o inciso VII do artigo 72 da Lei 14.133/2021 exige que o processo de contratação direta contenha **justificativa de preços**, revelando o dever de que a unidade administrativa motive adequadamente o montante indicado para a contratação, verificando sua economicidade e se manifestando quanto à razoabilidade do preço indicado para a contratação.

3) Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos (inciso III):

No tocante ao parecer jurídico, é importante destacar o teor do artigo 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021, que determina que *"o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos"*.

Com relação ao **parecer técnico**, que se destina a examinar os aspectos técnicos da contratação (com foco nos documentos elencados no inciso I do artigo 72 da Lei federal nº 14.133/2021), a Administração deve verificar sua necessidade conforme exigir o caso concreto.

4) Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (inciso IV):



MUNICÍPIO DE CURIUVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

É necessário que a Administração demonstre a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido. Note-se que o artigo 150 da Lei Federal nº 14.133/2021 é categórico ao dispor que nenhuma *"contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas **no exercício em que for realizada a contratação**, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa"*.

É preciso ressaltar, ainda, que, na hipótese de a contratação ultrapassar o presente exercício financeiro, será necessária previsão no plano plurianual ou, caso ainda não tenha sido aprovado, na proposta de plano plurianual, por força do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (inciso V):

Para a celebração da contratação direta, é necessário que a unidade certifique nos autos de que o fornecedor preenche todos os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, lembrando que o §4º do artigo 91 da Lei nº 14.133/2021 não esgota tais requisitos. Dessa forma, os documentos de habilitação jurídica (artigo 66 da Lei de Licitações), bem como fiscal, social e trabalhista (artigo 68 da Lei de Licitações) do fornecedor devem ser juntados aos autos, assegurando-se a Administração de que todas as certidões estarão com prazo de validade em dia no momento da formalização do contrato.

A Comissão de Licitações também deve averiguar se a pessoa jurídica que se pretende contratar consta no cadastro de inidôneos ou suspensos de licitar com o Município de Curiúva. A contratação com licitante declarado inidôneo constitui **crime**, previsto no artigo 337-M, §1º, do Código Penal.

É importante destacar ainda que o §1º do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021 **admite** que os documentos elencados no *caput* do mesmo dispositivo, ou seja, aqueles referentes à



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

000040

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

regularidade fiscal, social e trabalhista sejam "[...] *substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico*". Por consequência, a Administração pode verificar junto ao Portal de Compras do Governo Federal, os documentos que podem ser substituídos em razão do cadastro da empresa no SICAF.

Há que se observar, ainda, **os impedimentos constantes do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**. Ei-lo:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6) Razão da escolha do contratado (inciso VI):

A autoridade competente deve expor, em sua deliberação, os motivos da escolha do contratado. Nos casos de dispensa de licitação em razão do valor, de um modo geral, a justificativa decorre de o fornecedor escolhido ter sido o vencedor da disputa eletrônica ou, caso não haja disputa, de ter apresentado o melhor preço na pesquisa de mercado.

7) Autorização da autoridade competente (inciso VIII):

O artigo 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 exigem que haja a autorização da autoridade competente para que possa ocorrer a contratação direta.

Termo de Referência:

Sobre o Termo de Referência, sua definição está prevista no art. 6º da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for



possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária;

Especificamente em relação às compras, o Termo de Referência também deve conter as exigências do artigo 40, § 1º da Lei de Licitações:

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;



III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

§ 4º Em relação à informação de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, desde que fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.

Especificamente em relação aos serviços, o Termo de Referência também deve conter as exigências do artigo 47, da Lei de Licitações:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

- I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;



II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente as vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração.

Importa ressaltar que, nos termos do artigo 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, **é vedada a aquisição de bens e contratação de serviços enquadrados na categoria de luxo**, definidos no artigo 10, §2º, da Decreto Municipal nº 26/2024 como o bem *"que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração municipal"*.

Além disso, é imprescindível destacar o conteúdo do art. 41 da Lei de Licitações:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração **poderá excepcionalmente:**

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

II - exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

III - vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual;

IV - solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

Parágrafo único. A exigência prevista no inciso II do caput deste artigo restringir-se-á ao licitante provisoriamente vencedor quando realizada na fase de julgamento das propostas ou de lances.

No caso dos autos, a Administração **não usará** as faculdades que lhe são conferidas pelo artigo 41 da Lei de Licitações.

Da não utilização de minuta padronizada de edital e Termo de Referência:

No caso dos autos, verifica-se que a Administração não utilizou modelo padronizado de Termo de Referência, edital ou de qualquer outro documento, haja vista que a Administração Pública do Município de Curiúva ainda não elaborou nenhuma.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

14

ANÁLISE DA REGULARIDADE DO PROCESSO NO CASO CONCRETO

Considerando os dispositivos legais acima delineados, pode-se concluir que a Administração Pública Municipal deve adotar providências a fim de que resultem observados os requisitos mínimos exigidos para o processamento regular da contratação direta pretendida.

O **termo de referência** é omissos quanto à possibilidade ou não de prorrogação dos contratos provenientes do credenciamento, de modo que **não observou o disposto no artigo 6º, inciso XXIII, alínea "a", da Lei de Licitações**. No mais, devido à natureza do objeto a ser licitado (prestação de serviços de natureza comum), o Termo de Referência existente nos autos cumpre seu mister, haja vista que traz as informações necessárias para a especificação do objeto e sua forma de execução, bem como justificativa da necessidade de contratação.

De acordo com o artigo 18, §2º, da Lei nº 14.133/2021: "*O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas*".

No caso concreto, a Administração declarou ser inaplicável o parcelamento da contratação, de modo que o disposto no art. 18, VIII e §2º, da Lei de Licitações foi atendido.

A **formação do preço** foi elaborada por meio de consulta a licitações de outros entes públicos, disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Desse modo, salvo melhor juízo, a pesquisa de preços está em conformidade com o art. 23, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021.

Não consta **análise de risco** no ETP, nem justificativa para sua ausência.



MUNICÍPIO DE CURIUVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação (conforme art. 7º, caput, da Lei 14133/21).

Consta nos autos o documento de formalização de demanda (documento **obrigatório**, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21).

Foi certificado que o objeto da contratação está contemplado no plano de contratações anual.

Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto.

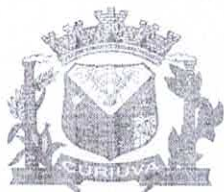
Foi informado que não há previsão de recursos orçamentários, pois não gerará custo ao município.

Não foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo (art. 12, VI, Lei 14.133/2021).

Nesse momento ainda não é possível averiguar se foram atendidos os seguintes requisitos:

- Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de qualificação mínima necessária.
- Razão de escolha do contratado.

É importante salientar que deve existir nos autos documentação obtida junto ao TCE/PR, apta a demonstrar se a pessoa jurídica consta está ou não inscrita no cadastro de inidôneos ou suspensos de licitar. A contratação de pessoa jurídica inidônea constitui **crime**, previsto no artigo 337-M, §1º, do Código Penal. A Comissão de Licitações deve averiguar se a pessoa jurídica escolhida está apta a estabelecer contratações com a Administração Pública.



ANÁLISE DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Constituição Federal determina, no artigo 37, inciso XXI, a obrigatoriedade de licitação para a contratação de serviços e obras e para a aquisição de bens pela Administração Pública, **excetuadas as hipóteses previstas em lei.**

"XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Excepcionalmente, a lei ressalvou casos em que a licitação pode ser dispensada, a critério do administrador, nas hipóteses previstas em lei (art. 75), ou é inexigível, quando inviável a competição (art. 74). A respeito da inexigibilidade em casos de credenciamento, a lei de licitações assim estabelece:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Sobre o instituto do credenciamento, assim dispõe a Lei de Licitações:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLIII – credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

I - credenciamento;

II - pré-qualificação;

III - procedimento de manifestação de interesse;

IV - sistema de registro de preços;

V - registro cadastral.

§ 1º Os procedimentos auxiliares de que trata o **caput** deste artigo obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento.

§ 2º O julgamento que decorrer dos procedimentos auxiliares das licitações previstos nos incisos II e III do **caput** deste artigo seguirá o mesmo procedimento das licitações.

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;



- II - na hipótese do inciso I do **caput** deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;
- III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverá definir o valor da contratação;
- IV - na hipótese do inciso III do **caput** deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;
- V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;
- VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital;

No âmbito do Município de Curiúva, o credenciamento está regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26/2024, que assim dispõe:

Art. 34. O credenciamento poderá ser utilizado quando a Administração Municipal pretender formar uma rede de prestadores de serviços ou fornecedores de bens, pessoas físicas ou jurídicas e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º. O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º. A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço ou, quando a escolha do credenciado prestador ou fornecedor for feita pela Administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a



distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 3º. O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 4º. O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público em sítio eletrônico oficial edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados (art. 79, parágrafo único, I, da Lei de Licitações).

O edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do *caput* do art. 79, deverá definir o valor da contratação (art. 79, parágrafo único, III, da Lei de Licitações).

Além disso, não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração, admitindo-se a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital (art. 79, parágrafo único, V e VI, da Lei de Licitações).

No caso em análise, pode-se extrair que a Administração Pública Municipal pretende publicar edital cujo objeto é o **chamamento público para o credenciamento de leiloeiros oficiais interessados em atuar nas licitações na modalidade leilão promovidos pelo Município de Curiúva**. Com efeito, a Administração considera viável e vantajosa a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas com o maior número possível de pessoas jurídicas, estabelecendo contratações paralelas e não excludentes entre si.

É evidente que as contratações por meio de **inexigibilidade de licitação (art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)**, pelo procedimento auxiliar do **credenciamento (art. 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)** são adequadas para a finalidade almejada.

DA OBSERVÂNCIA DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006



A LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e pela LC 155/2016, não é aplicável ao caso, pois não se trata de dispensa de licitação em decorrência do valor.

DA PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DO CONTRATO

O instrumento que formalizará a contratação deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura, **sob pena de ineficácia**, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **é condição indispensável para a eficácia do contrato** e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, sob pena de nulidade.

§ 2º A divulgação de que trata o **caput** deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

§ 3º No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).



Nos casos de contratação direta, não há necessidade de publicação do extrato no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, uma vez que as disposições do §1º do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021 restringem-se aos editais de licitação.

Vale lembrar, ainda, que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente da contratação deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos termos do artigo 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

ANÁLISE DAS MINUTAS DE EDITAL E DE CONTRATO

Da análise minuciosa da minuta de edital de credenciamento e de contrato, pode-se concluir que elas atendem as exigências do artigo 25, *caput*, e do artigo 92 da Lei de Licitações. Estão presentes em tal instrumento as cláusulas obrigatórias que guardam pertinência com a natureza do objeto, de modo que não há nenhuma correção a ser feita.

É importante dizer que **não foram analisadas**: **1)** eventuais impropriedades no uso da língua portuguesa (tais como erros de ortografia, de concordância e regência verbal e nominal); **2)** impropriedades na formatação utilizada no texto; **3)** falhas na numeração de itens e subitens das minutas. **A pregoeira deve atentar-se para corrigir eventuais falhas nesse sentido antes de publicar o edital.**

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, o parecer é no sentido de que cabe à Comissão de Licitações adotar as seguintes providências:

1. A Comissão de Licitações deve averiguar se o objeto a ser contratado já está contemplado nos contratos porventura existentes (independentemente da modalidade licitatória utilizada para a contratação); caso esteja, o objeto desta dispensa de licitação deve ser adquirido junto ao particular outrora contratado.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 83. Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

2. A Comissão de Licitações deve averiguar se o particular que se pretende contratar consta no cadastro de inidôneos ou suspensos de licitar com o Município de Curiúva. A contratação com licitante declarado inidôneo constitui **crime**, previsto no artigo 337-M, §1º, do Código Penal.

3. Há que ser registrado um problema vergonhoso e recorrente, protagonizado pelo Departamento de Licitações: **A AUSÊNCIA DE NUMERAÇÃO DAS PÁGINAS DO PROCESSO**. É de conhecimento do Departamento de Licitações que o artigo 22, §4º, da Lei Federal nº 9784/1999 determina que os processos administrativos (dentre eles os que envolvem as contratações públicas) devem ser devidamente autuados em sequência cronológica, numerados e rubricados. Em cada volume devem ser lavrados os respectivos termos de abertura e encerramento. No entanto, não obstante a regra acima mencionada, observa-se que **o presente processo não contém nenhuma folha numerada**, de modo que o setor competente afronta uma das mais mezinhas regras das quais tem o dever de observar. É evidente que a ausência de numeração das páginas dificulta o trabalho deste Procurador Jurídico, na medida em que fica impossibilitado de mencionar a localização dos documentos. Soma-se a isso o fato de que não é impossível haver a **subtração ou adição** de algum documento, e que a ausência de numeração de páginas pode facilitar tal ocorrência.

4. No caso concreto, a Administração não apresentou no ETP uma justificativa para a ausência de análise de riscos, de modo que o disposto no art. 18, X e §2º, da Lei de Licitações não foi atendido. Assim, cabe à Comissão diligenciar ao elaborador do Estudo Técnico Preliminar para que apresente a justificativa nos termos da legislação vigente.

5. Para o credenciamento e contratação que se pretende realizar, a Administração deve observar **os impedimentos constantes do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

6. A análise interna dos artefatos está comprometida como sinalizado na dispensa eletrônica 08/2024. Isso, por si só, poderá gerar responsabilização aos gestores em eventual auditoria interna ou externa.



É importante salientar que a não observância das formalidades acima enumeradas pode configurar a hipótese do **artigo 73 da Lei federal nº 14.133/2021²**, acarretando a responsabilidade solidária do contratado e do agente público responsável por eventual dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Haverá a **regularidade jurídica** do procedimento caso sejam realizadas as diligências enumeradas acima. Do contrário, este Procurador Jurídico manifesta-se pela **IRREGULARIDADE** do procedimento administrativo e da contratação dele decorrente.

Curiúva (PR), 09 de julho de 2024.


LUIZ PABLO SANTOS FERRACIN

Procurador Jurídico

OAB/PR 81842

²Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 06/2024 INEXIGIBILIDADE 09/2024

O Município de Curiúva, Estado do Paraná, representado neste ato pelo senhor Prefeito Municipal e a Comissão de Contratação, designada pelo Decreto nº. 027/2024, de conformidade com a Lei 14.133/2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público aos interessados que estará realizando Credenciamento de pessoa física e pessoa jurídica visando a execução de serviços de leiloeiro oficial, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente Chamamento Público é o credenciamento de Leiloeiro Oficial para avaliação, preparação, organização e condução do leilão promovido pelo Município de Curiúva /PR e Fundo De Previdência Municipal de Curiúva.

1.2. O credenciamento de leiloeiro tem por finalidade selecionar profissionais que comprovem a capacidade técnica para realização dos leilões oficiais, segundo critérios estabelecidos pelo Município de Curiúva PR.

1.3. O período de credenciamento se dará a partir de 12 de julho até 02 de agosto de 2024.

1.4. O pedido de credenciamento é de iniciativa do interessado e deverá ser efetuado junto à Prefeitura do Município de Curiúva, sito na Rua Av. Antonio Cunha nº 81, Centro, no setor de Licitação.

2. PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão habilitar-se para o Credenciamento que atendam as condições deste Edital e seus anexos, conforme o disposto no Decreto n. 21.981/1932.

2.2. A participação é exclusiva a Leiloeiros Públicos Oficiais que utilizem plataforma eletrônica para a realização de leilão de bens móveis inservíveis.

2.3. Não poderão disputar este Edital de Credenciamento o(s) interessado(s) que:

2.3.1. esteja proibido de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.2. enquadre-se nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, no que couber;

2.3.3. não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.3.4. seja estrangeiro sem representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.5. esteja sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou ci-vil com dirigente do CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, com-panheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.7. esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária registrada no SICAF ou tenha sido apenado com declaração de inidoneidade por qualquer órgão da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal.

2.3.8. esteja com inscrição de Leiloeiro Oficial suspensa na Junta Comercial.

2.3.9. esteja atuando como advogado em processos judiciais.

2.3.10. tenha vinculação societária com outro leiloeiro participante do credenciamento;

2.3.11. tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.4. No desempenho de suas funções, o leiloeiro nomeado é obrigado a agir com cuidado e diligência, não só para evitar qualquer prejuízo ao Município, mas ainda, para lhe proporcionar o lucro que razoavelmente se podia esperar do negócio, respondendo, salvo motivo de força maior, por qualquer prejuízo que, por ação ou omissão, ocasionar ao nomeante.

2.5. A participação neste Credenciamento importa total ciência dos proponentes das condições deste Edital e seus Anexos.

2.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.7. Em caso de moléstia ou impedimento ocasional, o leiloeiro poderá ser representado pelo seu respectivo preposto, conforme prevê o art. 11 do Decreto nº 21.981/1932, em qualquer das fases do presente credenciamento.

2.8. O Leiloeiro credenciado não poderá, em hipótese alguma, arrematar o bem em leilão ou adquiri-lo na alienação por iniciativa particular.

3.9.

3.10. O descredenciamento do Leiloeiro Oficial ocorrerá caso este não cumpra as regras e condições fixadas para o atendimento.

3. DO PROTOCOLO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

3.1 O acesso ao credenciamento é livre a todas as pessoas físicas e jurídicas, prestadoras dos serviços constantes do objeto deste Edital, e se dará a qualquer momento, a partir da data de publicação do presente, desde que atendidos os requisitos definidos no Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

3.2. A documentação deverá ser apresentada em envelope fechado e entregue diretamente a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, Setor de Licitações. O envelope deverá, ainda, indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021
PROPOSTA DE HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: _____
CNPJ: _____

3.3. A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação dos documentos enumerados no item 4 deste instrumento.

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE

O envelope deverá conter a seguinte documentação:

4.1. Pessoa Física:

- a) Termo de Credenciamento
- b) Comprovante de registro na Junta Comercial.
- c) Cópia da Carteira de Identidade – RG;
- d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- e) Certidão Negativa de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- f) Certidão Negativa de Quitação de Tributos e Dívida Ativa do Estado;
- g) Certidão Negativa perante a Fazenda Municipal (ISS), se houver;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- i) Comprovante de Residência.
- j) Declaração que aceita todas as condições do presente instrumento e seus anexos independentemente de sua transcrição.
- k) Das pessoas físicas não contribuintes, declaração administrativa do FGTS de que o interessado não possui empregado (s), não sendo, pois, sujeito passivo da mencionada contribuição social para o FGTS;

4.2. Pessoa Jurídica:

- a) Termo de Credenciamento
- b) Comprovante de registro na Junta Comercial Do Leiloeiro responsável pela empresa.
- c) No caso de empresário individual: Cédula de Identidade e Inscrição Comercial em vigor devidamente registrada na Junta Comercial;
- d) No caso de sociedade mercantil: Contrato Social e última alteração devidamente registrada na Junta Comercial;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- e) No caso de sociedade por ações: Ato Constitutivo, Estatuto em vigor e Ata de assembléia de eleição da atual diretoria devidamente registrados no órgão competente;
- f) No caso de sociedade civil: Ato constitutivo, Estatuto em vigor e prova de eleição da diretoria em exercício;
- g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- j) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão de Tributo Mobiliário e Imobiliário);
- k) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- l) Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- m) Prova de licença atualizada junto ao município sede do exercício profissional do licitante, que está apta a efetuar a prestação dos serviços (Alvará de Licença). Fica autorizado a apresentação deste documento pela vencedora como condição para a contratação.
- n) Comprovante de inscrição ou registro profissional da entidade profissional competente da Pessoa Jurídica.
- o) Certidão Negativa de Falência e Concordata com data de emissão não superior a 60 (sessenta) da data de apresentação dos documentos.

5. DO PROCEDIMENTO

5.1. Serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos neste, porém somente se utilizará a quantidade necessária para o atendimento da Administração Pública. A utilização dos credenciados se dará de acordo com a necessidade da Administração Pública, sendo que para fins de contratação serão utilizadas as quantidades necessárias dos primeiros classificados.

5.2. Antes de cada leilão oficial será realizado sorteio dentre os cadastrados para definir o leiloeiro oficial que irá atuar no evento. Os leiloeiros cadastrados serão previamente informados sobre a data, o local e horário de realização do sorteio, sendo IMPRESCINDÍVEL a sua presença ou de seu representante no evento.

5.3. Após o sorteio, o credenciado será comunicado da nomeação para a realização do leilão específico, através de ofício.

5.4. O cadastramento realizado em chamamento posterior ao sorteio, não terão direito a pleitear novo sorteio para a inclusão de sua participação, ficando seu cadastramento incluso somente em sorteio para novos Leilões.

5.5. A contratação para evento específico não presume exclusividade na realização do serviço pelo leiloeiro. A cada novo Leilão que o Município realizar, poderá haver a contratação de outro (s) leiloeiro (s) cadastrado (s) através de sorteio para atuar em outros Leilões.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO CREDENCIADO:

6.1. Deverá prestar os seguintes serviços, Consultoria e orientação na disposição e classificação dos bens a serem leiloados, verificação do estado dos bens, avaliação comparação com histórico de vendas de ativos similares, estas avaliações após serem feitas pelos leiloeiros cadastrados, passara por uma comissão interna do município para que possa ser aprovada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000060

6.2. Realização de divulgação do leilão visando atingir de forma ampla o mercado comprador, já em leilões anteriores feitos pelo próprio município sem auxílio exterior, não tivemos sucesso, desta forma em pesquisa feita em outros municípios os mesmos tem usado esta modalidade para atingir o objetivo tanto de venda como de valor.

6.3. Disponibilização de plataforma digital, com fotos e dados completos dos ativos a serem leiloados, podendo receber lances online bem como realização de leilão interativo na data e hora a serem definidos pelo município, uso destas plataformas sem qualquer ônus ao município.

6.4. Dispor de pessoal capacitado para todos os serviços que envolvam o leilão desde a fase de preparação até a realização do mesmo.

6.5. Ficam a cargo do Leiloeiro credenciado as certificações dos cadastros dos arrematantes através de análises junto a órgãos de proteção ao crédito, e ainda o rastreamento do número de IP da máquina dos cadastrados.

6.6. Consultoria e orientação na disposição e classificação dos bens a serem leiloados, verificação do estado dos bens, avaliação comparação com histórico de vendas de ativos similares, estas avaliações após serem feitas pelos leiloeiros cadastrados, passara por uma comissão interna do município para que possa ser aprovada.

6.7. Realização de divulgação do leilão visando atingir de forma ampla o mercado comprador, já em leilões anteriores feitos pelo próprio município sem auxílio exterior, não tivemos sucesso, desta forma em pesquisa feita em outros municípios os mesmos tem usado esta modalidade para atingir o objetivo tanto de venda como de valor.

6.8. Disponibilização de plataforma digital, com fotos e dados completos dos ativos a serem leiloados, podendo receber lances online bem como realização de leilão interativo na data e hora a serem definidos pelo município, uso destas plataformas sem qualquer ônus ao município.

6.9. Dispor de pessoal capacitado para todos os serviços que envolvam o leilão desde a fase de preparação até a realização do mesmo.

6.10. Ficam a cargo da Leiloeiro credenciado as certificações dos cadastros dos arrematantes através de análises junto a órgãos de proteção ao crédito, e ainda o rastreamento do número de IP da máquina dos cadastrados.

6.11. O credenciado deverá renovar sua habilitação anualmente, apresentando todos os documentos previstos. O credenciamento não conferirá ao credenciado direito adquirido à imutabilidade dos requisitos formais de habilitação, de tal sorte que na renovação da habilitação poderão ser exigidos do mesmo a satisfação de outras condições e/ou apresentação de novos documentos.

6.12. O credenciado que desejar se descredenciar deverá comunicar o Município com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.13. O descredenciamento não poderá ocorrer após o sorteio de Leiloeiro para a execução de leilão, caso esse tenha sido o sorteado, e já tenha iniciado os trabalhos de organização do leilão.

6.14. Em todos os eventos o leiloeiro deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para venda, tanto na sua divulgação (propaganda) como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez dos bens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

6.15. Não poderá o leiloeiro realizar mais de dois leilões no mesmo dia em locais muito distantes entre si, a não ser que se trate de imóveis contíguos ou de prédios e imóveis existentes no mesmo prédio, considerando-se nestes casos, como de um só leilão.

6.16. É dever do leiloeiro alienar os bens públicos aos arrematantes que apresentarem os lances vencedores com valor igual ou superior à avaliação efetuada pela Comissão Permanente de Avaliação do Município em conjunto com o leiloeiro, mediante as condições de pagamento previstas, prestar assistência aos interessados, inclusive através de serviço de callcenter.

6.17. Disponibilizar o seu site da rede Internet para captação de propostas e acompanhamento online dos leilões a serem realizados, estabelecendo um ambiente competitivo, com interatividade entre os lances recebidos de "viva voz" e os recebidos via web, permitindo uma perfeita visualização e acompanhamento remoto e in loco;

6.18. Os leiloeiros são obrigados a acusar o recebimento das mercadorias móveis e de tudo que lhes for confiado para venda e fazer constar em carta ou relação, dando, para o efeito de indenizações, no caso de incêndio, quebras ou extravios, e na hipótese de novamente haver omitido os respectivos valores, a avaliação que julgar razoável, mediante comunicação que deverá ser entregue pelo protocolo ou por meio de carta com aviso de recebimento.

7. DOS PRAZOS:

7.1. O credenciamento vigorará por prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Credenciamento, desde que cumpridas às formalidades legais.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.1. Os serviços que vierem a ser contratados serão remunerados pelo percentual máximo de 5% (cinco) por cento, calculado sobre o valor do Bem Arrematado, sendo o pagamento obrigação do(s) arrematante(s) do(s) bem (ns) nos Leilões a serem realizados, inexistindo, assim, quaisquer custos ao Município.

8.2. O Percentual da taxa pelos serviços do Leilão será pago pelos arrematantes dos lotes, não havendo assim qualquer custo ao Município.

8.3. Fica vedada a retenção de objetos para possível pagamento de gastos realizados, bem como de prejuízos sofridos, pelo Leiloeiro, devendo todas as suas despesas estarem inclusas na Comissão, estabelecida no item 8.1, que o mesmo fará jus com a venda dos bens públicos.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1. A Administração Municipal reserva-se no direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias ao interesse público, anular ou revogar o presente Credenciamento, sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização de qualquer espécie;

9.2. A Comissão de Contratação, poderá solicitar a seu critério, esclarecimentos e informações complementares, ou efetuar diligências em qualquer fase da licitação, caso julgue necessário, e ainda, solicitar o original de documento apresentado pela proponente, devendo esta apresentá-lo num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo vedada a inclusão posterior de quaisquer documentos que devam constar originalmente nos envelopes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

9.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Contratação à luz da legislação atual, especialmente da Lei 14.133/2021 e suas alterações, da jurisprudência, da doutrina e dos princípios de direitos aplicáveis a espécie;

9.4. O presente Credenciamento e seus anexos encontram-se à disposição das interessadas na prefeitura Municipal, situado à Avenida Antonio Cunha, 81, centro, ou no site www.curiuva.gov.br.

9.5. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes elementos:

Anexo I – Termo de Credenciamento

Anexo II – Modelo de Declaração Unificada

9.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Curiúva PR, por mais privilegiado que outro seja.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA, em 12 de julho de 2024.

NATA NAEL
MOURA DOS
SANTOS:60558040
934

Assinado de forma
digital por NATA NAEL
MOURA DOS
SANTOS:60558040934

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
Prefeito Municipal


ALINE DE ALMEIDA FREITAS
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE CREDENCIAMENTO

À

Prefeitura Municipal de Curiúva/PR

Comissão de Licitações

Ref.: Chamamento Público n.º 06/2024

TERMO DE CREDENCIAMENTO E COMPROMISSO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE LEILÃO A SEREM REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE CURIÚVA-PARANÁ

Pelo presente Termo de Credenciamento, eu
 _____, inscrito no Cadastro de
 Pessoas Jurídica e/ou Físicas sob n.º _____, com matrícula n.º
 na Junta Comercial do Paraná, domiciliado na
 _____, COMPROMETO-ME a cumprir todas as condições, instruções,
 exigência e obrigações previstas e decorrentes do Edital de Chamamento Público n.º 00/2019 para o
 credenciamento de Leiloeiros Oficiais.

Local e data

 (Razão Social da empresa Proponente - nome e CPF do representante legal)

Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À

Prefeitura Municipal de Curiúva/PR

Ref.: Chamamento Público n.º 06/2024

A empresa....., inscrita no CNPJ nº, vem pelo seu representante legal infra-assinado, DECLARAR, sob pena da Lei, que:

- a) Nossa proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- b) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores
- c) Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da lei complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- d) Está ciente e concorda com as condições contidas no processo de dispensa e seus anexos
- e) Assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, de que trata o art. 93 da lei nº 8.213/91.
- g) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da constituição;
- h) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- i) Não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- j) Não fomos declarados inidôneos nem impedidos de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta (todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)).
- k.1) OPÇÃO 1 () - Que me enquadro como MPE e, nesta condição, declaramos que no ano calendário do corrente ano, não celebramos contratos cujo valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos constantes no art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

k.2) OPÇÃO 2 () - Que não me enquadro como MPE ou no ano-calendário do corrente ano, celebramos contratos cujo valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos constantes no art. 4º, §2º da Lei ° 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data

Licitante e CNPJ

Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

Av. Antônio Cunha, 365 - Centro - CEP: 84280-000
CNPJ: 76.167.725/0001-30 - Telefone: (43) 3545-1222
CURIÚVA - Paraná

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Data de Publicação	12/07/2024 15:10:45	Ano	2024
Categoria	Licitações	Subcategoria	Chamamento Público
Descrição do Arquivo	Aviso de Licitação Chamamento Público 06/2024 - Inexigibilidade 09/2024		

Dados do Certificado digital

Titular	PM CURIÚVA 2024	CPF / CNPJ	76167725000130
Tipo de Certificado	e-cnpj	Formato do Certificado	A1
Empresa Expedidora	AC SOLUTI Multipla v5		
Empresa Certificadora	ICP-Brasil		
Unidade Organizacional	AC SOLUTI v5		
Data de Expedição	15/02/2024	Data de Validade	14/02/2025



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA 76167725000130
PUB. Nº 12/07/2024 15:10:44
Local: CURIÚVA - PARANÁ
Assinado em 12/07/2024 15:10:44

000067

MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ANO XI | Publicação Nº 12472 | sexta-feira, 12 de julho de 2024 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA ESTADO DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE ABERTURA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2024 INEXIGIBILIDADE 09/2024

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, através da Agente de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 20/2022, do Decreto 26/2024, Decreto 27/2024, torna público que estará recebendo envelopes com a documentação partir desta publicação **até o dia 02 de agosto de 2024**, Edital de Chamamento Público é o credenciamento de Leiloeiro Oficial para avaliação, preparação, organização e condução do leilão promovido pelo Município de Curiúva /PR e Fundo De Previdência Municipal de Curiúva. O inteiro teor do Edital encontra-se disponível no site da Prefeitura de Curiúva, sito: www.curiuva.pr.gov.br ou na Prefeitura Municipal de Curiúva à Avenida Antônio Cunha, 81 – Centro, Curiúva – PR, no horário comercial

Curiúva, 12 de julho de 2024.

ALINE DE ALMEIDA FREITAS
Agente de Contratação

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
Prefeito Municipal



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 12/07/2024
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do
site www.curiuva.pr.gov.br.

MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU
##ATO AVISO – Pregão Eletrônico Nº 44/2024
##TEX OBJETO: Aquisição de um Tríturador estruturação da coleta seletiva no município de com o Instrumento de Repasse nº 4104402/2023 de Abreu e a Caixa Econômica Federal - Prog em atendimento a Secretaria Municipal de Poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico: www.candidodeabreu.pr.gov.br, opção: Processos Licitat bne.org.br/r ou no endereço: Avenida Paraná, n.º PR, CEP: 84.470-000, Prefeitura Municipal de C Municipal de Gestão de Licitações e Contratos, e para contato 0800.3554.123 – Ramal: 1014. Fim de em: 26/07/2024, até às 13h00min. Início de Disputa de Preços em: 26/07/2024, às 14h01min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: <https://bne.org.br/r>, nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço global. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R\$ 263.060,33 (duzentos e sessenta e três mil sessenta reais e trinta e três centavos).
#DAT 11/07/2024
##ASS ALLAN DIEGO MORENO VAROTO
##CAR Agente de Contratação

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
435113924

Documento emitido em 12/07/2024 14:12:42.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 11690 | 12/07/2024 | PÁG. 39

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE www.imprensaoficial.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU
##ATO AVISO – Pregão Eletrônico Nº 45/2024
##TEX OBJETO: Aquisição de uma Balança Eletrônica para estruturação da coleta seletiva no município de Cândido de Abreu, de acordo com o Instrumento de Repasse nº 4104402/2023 entre o Município de Cândido de Abreu e a Caixa Econômica Federal - Programa Itaipu Mais Que Energia. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.candidodeabreu.pr.gov.br, opção: Processos Licitatórios, bem como no site: <https://bne.org.br/r> ou no endereço: Avenida Paraná, n.º 03, Centro, Cândido de Abreu - PR, CEP: 84.470-000, Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu - PR, Secretaria Municipal de Gestão de Licitações e Contratos, em horário de expediente, telefone para contato 0800.3554.123 – Ramal: 1014. Fim de Recebimento de Propostas em: 26/07/2024, até às 15h30min. Início de Disputa de Preços em: 26/07/2024, às 16h31min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: <https://bne.org.br/r>, nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço Global. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R\$ 8.180,33 (oito mil cento e oitenta reais e trinta e três centavos).
#DAT 11/07/2024
##ASS ALLAN DIEGO MORENO VAROTO
##CAR Agente de Contratação

79209/2024

79210/2024

Coronel Vivida

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2024
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E UTENSÍLIOS MÉDICO – HOSPITALARES, LABORATORIAIS, FISIOTERAPÊUTICOS E ELETROELETRÔNICOS. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 15 de julho de 2024 até às 08h do dia 26 de julho de 2024. Abertura das propostas após as 08h do dia 26 de julho de 2024. Início da disputa de preços às 09h do dia 26 de julho de 2024. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 531.302,13. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bne.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br ou www.bne.org.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 11 de julho de 2024, Juliano Ribeiro, Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

79128/2024

Curiúva

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2024 – INEXIGIBILIDADE 09/2024
O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, através da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data da publicação, até às 16h00min do dia 02/08/2024, o Edital de Chamada Pública que tem como objeto credenciamento de Leiloeiro Oficial para avaliação, preparação, organização e condução do leilão promovido pelo Município de Curiúva /PR e Fundo De Previdência Municipal de Curiúva. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 12 de julho de 2024.
ALINE DE ALMEIDA FREITAS
Agente de Contratação
NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

79082/2024

es

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2024
DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, itação, conforme segue:
ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE LICITAÇÃO: Menor Preço através do MAIOR PREÇO.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA EMPRESA COM A PROPOSTA DE PREÇOS MAIS VANTAJOSA PARA FUTUROS E EVENTUAIS FORNECIMENTOS DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO E REPAROS EM VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS E UTILITÁRIOS DE DIVERSOS. MARCAS E FABRICANTES, COMPONENTES DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ. LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS A ME/EP/EQUIPARADAS, COM PREFERÊNCIA PARA EMPRESA LOCAL E REGIONAL E ITENS DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA. VALOR MÁXIMO: R\$ 1.645.000,00 (HUM MILHÃO SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL REAIS). RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 25/07/2024 às 09h:00m. ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA: dia 25/07/2024 a partir das 09h:00m. LOCAL: Plataforma de Licitações Eletrônicas da LICITANET em www.licitanet.com.br. VALIDADE DA ATA: 12 MESES. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 16h00minh. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações. Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 11 de julho de 2024. Luiz Otero Moreira Fitz - Pregoeiro Oficial.

79261/2024

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0008/2024
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, conforme segue: MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0009/2024 TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço através do MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE RESTAURANTE, PARA FORNECIMENTO DE BUFFET, MARMITEX E LANCHES, DESTINADOS A ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE E TRANSPORTES, DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ. LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS A ME/EP/EQUIPARADAS, COM PREFERÊNCIA PARA EMPRESA LOCAL E REGIONAL E ITENS DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA. VALOR MÁXIMO: R\$ 1.645.000,00 (HUM MILHÃO SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL REAIS). RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 25/07/2024 às 09h:00m. ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA: dia 25/07/2024 a partir das 09h:00m. LOCAL: Plataforma de Licitações Eletrônicas da LICITANET em www.licitanet.com.br. VALIDADE DA ATA: 12 MESES. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 16h00minh. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações. Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 11 de julho de 2024. Luiz Otero Moreira Fitz - Pregoeiro Oficial

79306/2024

Espigão Alto do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024/PMEAI

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas, com recursos do CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 955660/2024 – TRANSFERE GOV.BR Nº 000295/2024, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

As propostas serão recebidas até às 08:00 horas do dia 30/07/2024.

Autorização: Agente Bertoncello – Prefeitura Municipal

Informações sobre o pregão: O edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil, disponibilizado no site www.licitacoes-e.com.br no www.espigaualtoiguacu.pr.gov.br, no PNCP ou na Comissão de Licitações, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3553-1484.

Espigão Alto do Iguaçu, 11 de julho de 2024.

ARMELINDO FLÁVIO DREHER
Secretário de Administração

78973/2024

Deputado Estadual Hussen Bakri Beneficia Siqueira Campos com Investimentos Significativos

DUAS AÇÕES DO DEPUTADO NOS ÚLTIMOS MESES RESULTARAM EM R\$ 730 MIL EM INVESTIMENTOS PARA SIQUEIRA CAMPOS

O Deputado Estadual Hussen Bakri continua demonstrando seu compromisso com a comunidade de Siqueira Campos, destinando recursos expressivos para melhorar a qualidade de vida dos moradores. Recentemente, Bakri indicou um montante de R\$ 300 mil para a compra de uma van destinada ao esporte, um investimento que visa fomentar a prática esportiva e proporcionar mais oportunidades para os jovens e atletas de Siqueira Campos, que poderão disputar competições regionais.

Mas os esforços do deputado não param por aí. Em uma nova iniciativa, Hussen Bakri, recebeu está liberando mais um recurso de R\$ 430 mil para a construção de uma pista de caminhada em Siqueira Campos. Este projeto tem como objetivo promover a saúde e o bem-estar dos moradores, oferecendo um espaço adequado e seguro para a prática de atividades físicas.

PÁGINA - 6



PMPR resgata vítimas de incêndio e prende autor

Na noite do último domingo (7), a Polícia Militar do Paraná (PMPR), através de equipes do 5º Batalhão de Polícia Militar (BPM), prestou apoio ao resgate de vítimas em um incêndio de grandes proporções no bairro Jardim Califórnia, em Londrina. O incidente ocorreu no início da noite e exigiu uma rápida ação dos policiais para resgatar moradores das residências em chamas. Os policiais militares que prestavam atendimento a uma ocorrência de ameaça nas proximidades prontamente passaram a socorrer as pessoas atingidas.

PÁGINA - 5

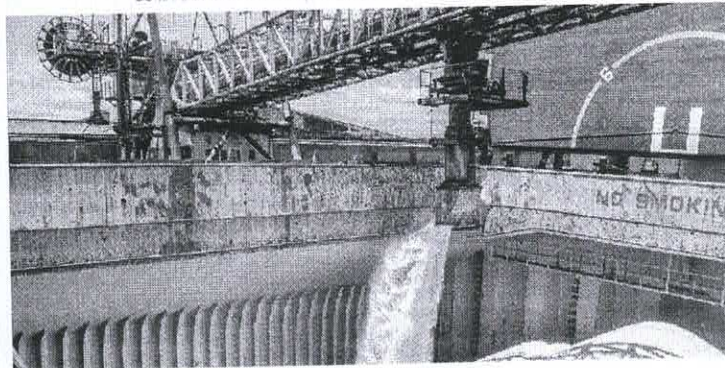


EXPORTAÇÕES DO PARANÁ PARA ÁSIA, ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO BATEM RECORDE NO 1º

SEMESTRE

RESULTADO INÉDITO DAS VENDAS DE PRODUTOS PARANAENSES PARA ESTAS REGIÕES FOI ALCANÇADO NO 1º SEMESTRE DE 2024. VENDAS TOTAIS PARA O EXTERIOR A PARTIR DO ESTADO SOMARAM MAIS DE US\$ 11,5 BILHÕES ENTRE JANEIRO E JUNHO

PÁGINA - 7





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA
EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2024
INEXIGIBILIDADE N. 09/2024

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, através da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data da publicação, até às 16h00min do dia 02/08/2024, o Edital de Chamada Pública que tem como objeto credenciamento de Leiloeiro Oficial para avaliação, preparação, organização e condução do leilão promovido pelo Município de Curiúva /PR e Fundo De Previdência Municipal de Curiúva. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 12 de julho de 2024.

ALINE DE ALMEIDA FREITAS

Agente de Contratação

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONVENÇÃO PRESENCIAL

O Presidente da Comissão Executiva do MDB do Município de Curiúva, Estado do Paraná, na forma do Estatuto Partidário e da legislação eleitoral vigente, convoca os membros partidários, Vereadores, Deputados Estaduais, Federais e demais que compõem o conjunto de convencionais previsto no Estatuto Partidário, para a CONVENÇÃO MUNICIPAL, que será realizada no dia 27 de julho de 2024, na Rua Edmundo Mercer nº 414, das 19:00 horas às 21:00 horas, nesta cidade, para as deliberações que integram a **ORDEM DO DIA**: **1)** Deliberação sobre coligações para composição de chapa majoritária para a Prefeitura Municipal, com a indicação do candidato próprio a Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a) pelo MDB, ou aprovação do cargo de Prefeito(a) e ou Vice-Prefeito(a) do Município Curiúva em coligação; **2)** Escolha da chapa de candidatos a vereadores e vereadoras; **3)** designação de um representante, que terá atribuições equivalentes às de presidente de partido político no trato dos interesses e na representação da eventual coligação no que se refere ao processo eleitoral, bem como a designação de representantes e delegados, na forma da Res. 23.609/TSE; **4)** Deliberação sobre formação de Coligação ou Delegação de poderes à Comissão Executiva Municipal para celebrar coligações com outros partidos (eleição majoritária), bem como para homologar, substituir, acrescentar ou suprimir nomes a chapa de candidatos às eleições proporcionais e decidir questões omissas ou supervenientes; **5)** Outros assuntos de interesse partidário e eleitoral.

Curiúva, 12 de julho de 2024.

for José Luiz Siqueira de Barros
José Luiz Siqueira de Barros

Presidente da Comissão Executiva/Provisória

JCN CORREIO DO NORTE

JCN DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

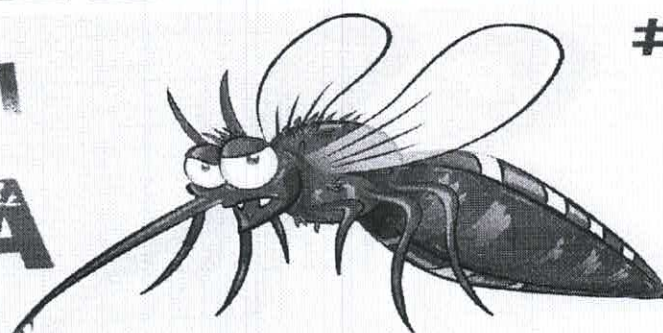
Orçamentos: genesis_machado@hotmail.com

43 99933-7695 ou 3571-1357

TODOS CONTRA A DENGUE

Todos nós desempenhamos um papel crucial na **prevenção da Dengue**.

- ☒ Elimine focos de água parada;
- ☒ Use repelente regularmente;
- ☒ Instale telas em portas e janelas;
- ☒ Colabore com a limpeza urbana.



MOSQUITO NÃO

RECEBA OS AGENTES DE SAÚDE EM SUA CASA

ARAPOTI
GOVERNO MUNICIPAL